

Empresa de Energia São Manoel S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 – Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911 - São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Empresa de Energia São Manoel S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa de Energia São Manoel S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Valor recuperável (“Impairment”) dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6.1, 12 e 13 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$ 3.008.837 mil e R\$ 65.931 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa (“UGC”), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o objetivo de avaliar se existiam indicadores internos ou externos que poderiam indicar fatores de desvalorização dos ativos da Companhia, efetuamos a comparação da razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa projetadas neste exercício pela Companhia, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado, com as premissas do fluxo de caixa projetadas no ano anterior pela Companhia. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 8 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 330.688 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudança nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de lucros tributáveis futuros, bem como efetuamos a comparação da razoabilidade dos dados e das premissas utilizadas nas projeções neste exercício, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço



de venda de energia com as premissas projetadas no ano anterior pela Companhia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP


Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	119.396	93.791
Concessionárias	6	52.429	47.942
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	16.003	15.558
Outros tributos compensáveis	7	39.629	53.974
Títulos e valores mobiliários	5	50.262	
Outros créditos	11	8.715	6.192
Total do Ativo Circulante		286.434	217.457
Não circulante			
Outros tributos compensáveis	7		9.964
Tributos diferidos	8	330.688	308.250
Cauções e depósitos vinculados	9	120.538	116.439
		451.226	434.653
Imobilizado	12	3.008.837	3.094.742
Intangível	13	65.931	71.742
		3.074.768	3.166.484
Total do Ativo Não circulante		3.525.994	3.601.137
TOTAL DO ATIVO		3.812.428	3.818.594
PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	14	30.142	23.234
Outros tributos a recolher	7	618	635
Debêntures	15	27.896	37.882
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	70.686	48.861
Uso do bem público	17	4.579	4.324
Provisões	18	18.699	24.007
Outras contas a pagar	11	5.967	7.579
Total do Passivo Circulante		158.587	146.522
Não circulante			
Tributos diferidos	8	34	19
Debêntures	15	264.889	273.456
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	1.549.013	1.510.707
Uso do bem público	17	54.393	52.097
Provisões	18	16.565	24.389
Outras contas a pagar	11	1.605	352
Total do Passivo Não circulante		1.886.499	1.861.020
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	19.1	2.409.974	2.409.974
Prejuízos acumulados		(642.632)	(598.922)
Total do Patrimônio Líquido		1.767.342	1.811.052
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.812.428	3.818.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2022	2021
Receitas	20	418.165	375.052
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	21		
Custo do serviço de energia elétrica		(160.567)	(148.507)
Custo de operação		(142.447)	(153.653)
		(303.014)	(302.160)
Lucro bruto		115.151	72.892
Despesas e Receitas operacionais	21		
Despesas gerais e administrativas		(3.851)	(8.692)
Outras despesas e receitas operacionais		(303)	1.170
		(4.154)	(7.522)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		110.997	65.370
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		28.808	11.800
Despesas financeiras		(205.953)	(197.964)
		(177.145)	(186.164)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(66.148)	(120.794)
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		22.438	40.983
		22.438	40.983
Prejuízo do exercício		(43.710)	(79.811)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,01814)	(0,03312)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(43.710)	(79.811)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(43.710)</u></u>	<u><u>(79.811)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



Exercício findo em 31 de dezembro			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>2.409.974</u>	<u>(519.111)</u>	<u>1.890.863</u>
Prejuízo do exercício		(79.811)	(79.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>2.409.974</u>	<u>(598.922)</u>	<u>1.811.052</u>

Exercício findo em 31 de dezembro			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>2.409.974</u>	<u>(598.922)</u>	<u>1.811.052</u>
Prejuízo do exercício		(43.710)	(43.710)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>2.409.974</u>	<u>(642.632)</u>	<u>1.767.342</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(66.148)	(120.794)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		114.669	130.253
Direito de concessão - GSF			(5.819)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		194.464	178.268
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		7.034	8.657
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		904	(1.422)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		2.295	10.710
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		279	1.655
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(11.692)	(3.143)
Outros		(1.701)	3.032
		<u>240.104</u>	<u>201.397</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(4.487)	(4.533)
Outros tributos compensáveis		(23.659)	(19.107)
Estoques		(1.158)	(768)
Cauções e depósitos vinculados		(596)	178
Outros ativos operacionais		(1.365)	(4.235)
		<u>(31.265)</u>	<u>(28.465)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		6.908	(4.067)
Outros tributos a recolher		45.897	41.308
Provisões		(16.656)	(10.399)
Uso do bem público		(4.483)	(4.048)
Outros passivos operacionais		(599)	(1.310)
		<u>31.067</u>	<u>21.484</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>239.906</u>	<u>194.416</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		3.330	3.052
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>243.236</u>	<u>197.468</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(50.262)	
Adições ao Imobilizado e Intangível		(22.628)	(18.937)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(72.890)</u>	<u>(18.937)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções		8.189	33.941
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		3.261	
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(62.921)	(76.512)
Pagamentos de encargos de dívidas		(93.227)	(130.488)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(43)	(112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	28.1	<u>(144.741)</u>	<u>(173.171)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>25.605</u>	<u>5.360</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		119.396	93.791
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		93.791	88.431
		<u>25.605</u>	<u>5.360</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	2022	2021
Geração do valor adicionado	511.368	475.075
Receita operacional	488.415	439.827
Receita relativa à construção de ativos próprios	22.953	34.978
Outras receitas	270	270
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(223.448)	(221.711)
Custos da energia comprada	(75.186)	(78.466)
Encargos de uso da rede elétrica	(101.566)	(89.907)
Materiais	(17.335)	(3.621)
Serviços de terceiros	(20.975)	(43.222)
Outros custos operacionais	(8.386)	(6.495)
Valor adicionado bruto	287.920	253.364
Retenções		
Depreciações e amortizações	(114.561)	(130.253)
Valor adicionado líquido produzido	173.359	123.111
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	30.221	12.377
Valor adicionado total a distribuir	203.580	135.488
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	7.345	6.782
Benefícios	1.669	1.629
FGTS	630	541
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	31.651	8.347
Estaduais	37	43
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	205.954	197.964
Aluguéis	4	(7)
	247.290	215.299
Prejuízo do exercício	(43.710)	(79.811)
	203.580	135.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará, e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão

Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão	
				(MWm)	(MWm)	Início	Término
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	735,8	430,4	10/04/2014	09/12/2049

Em 26 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Despacho nº 2.674/2019, homologou os parâmetros da UHE São Manoel, com alteração da Potência Instalada total de 700,0MW para 735,8MW, de tal forma que a Potência Nominal Unitária de cada turbina, anteriormente fixada em 170,0MW, passa a ser de 186,3MW. A partir da decisão da ANEEL, foi iniciado o processo de Revisão Extraordinária da Garantia Física do empreendimento que, por meio da Portaria nº 352 emitida em 06 de dezembro de 2019 pelo MME, definiu a nova garantia física da UHE São Manoel em 430,4MW ante os 424,5MW anteriores.

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 430,4MWm, 289,5MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos e 90 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL pelo prazo de 20 anos, ambos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R\$83,70 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, sendo em 31 de dezembro de 2022, atualizado para R\$134,26 por MWh. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, com extensão, por mais 8,1 meses, decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

Como pagamento pelo UBP, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e até o 35º ano da concessão, parcelas mensais correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$2.789, atualizado em 31 de dezembro de 2022 para R\$4.749, corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$58.972 (R\$56.421 em 31 de dezembro de 2021). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data-base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 18.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.4.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações das circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.6.1 Teste no valor recuperável dos ativos não financeiros

Mediante a substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido o ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas, que vão desde a base de determinação do valor recuperável até a taxa de desconto, a Companhia, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado do exercício de 2016.

Adicionalmente, a Companhia avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da Companhia, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A Companhia contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a Companhia possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade “Turn Key” pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555.

Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à Companhia. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela Companhia em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à Companhia, em face desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como “possível” pelos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade. Desde o exercício de 2017 a Companhia procede com a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

No entanto, em 2019, a Administração da Companhia, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física, até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável.

Após realizadas as análises de indicadores e performedo o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia procedeu com o registro da reversão em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$111.191, detalhados por classe de ativos na nota 12.1 - Composição do Imobilizado, em contrapartida de Gastos operacionais.

No exercício, a Administração da Companhia efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de ativos não financeiros no exercício, considerando o acima exposto, é recuperável, não tendo constituído valor adicional ou reversão.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.8 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.9 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i>	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

Liberação de recurso

Durante o exercício de 2022 a Companhia obteve a seguinte liberação de recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDDES - SUB C	jul/22	dez/25	3.261	TJLP	Investimento Social
			3.261		

3.1 Medidas de Assistência Governamental adotadas desde o início da pandemia, com impactos no exercício de 2022

Diante da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) que teve início no exercício de 2020, as incertezas geradas pela disseminação do vírus e suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. Como forma de atenuar os impactos causados pela pandemia, as autoridades governamentais brasileiras e agentes regulatórios tomaram diversas medidas para amenizar os impactos aos agentes do mercado de energia. Abaixo uma medida adotada com efeitos no exercício de 2022:

Medida	Descrição	Status
<i>Standstill</i> - Medida emergencial BNDES	O BNDES aprovou em março de 2020, em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da COVID-19 no Brasil. Uma das medidas é a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise – medida conhecida no mercado como <i>standstill</i> .	Em 30 de novembro de 2021, foi concedida a autorização para a suspensão temporária do pagamento dos financiamentos do BNDES da Companhia, no período de dezembro de 2021 até junho de 2022 (Nota 16).

3.2 Resoluções Autorizativas - extensão do prazo de outorga

Em 28 de julho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.255 com a extensão de 243 dias no prazo da outorga de São Manoel.

3.3 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Despacho - DSP nº 2.040 de 8 de agosto de 2022	O DSP nº 2.040/2022, reconhecendo o valor de R\$6.334, referidos a setembro de 2018, referente ao ressarcimento dos custos com materiais, equipamentos, impostos e serviços incorridos com a implantação do Serviço Ancilar de Sistema Especial de Proteção – SEP na Controlada em conjunto São Manoel	A Companhia efetuou o reconhecimento do montante (Nota 20.1).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.658	1.650
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	117.738	92.141
	117.738	92.141
Total	119.396	93.791

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 101,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Títulos e valores mobiliários

Refere-se à aplicação em Nota do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), título público indexado à inflação medida pelo IPCA. O prazo de vencimento do título é maio de 2023 e apresenta rentabilidade de IPCA+8,12%. O objetivo da aplicação é proteger parcialmente as flutuações nos pagamentos dos juros da dívida indexada ao IPCA.

6 Concessionárias

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	20.1	51.291	44.565
Energia de curto prazo		1.138	3.377
		<u>52.429</u>	<u>47.942</u>

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.5.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Reclassifica- ção	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	15.558		1.721	(3.330)		2.054	16.003
Total Circulante		<u>15.558</u>	<u>-</u>	<u>1.721</u>	<u>(3.330)</u>	<u>-</u>	<u>2.054</u>	<u>16.003</u>
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS	7.2	61.658	17.715				(44.962)	34.411
IRRF sobre aplicações financeiras		1.202	4.571			(30)	(1.164)	4.579
Outros		1.078	1.373			30	(1.842)	639
Total		<u>63.938</u>	<u>23.659</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(47.968)</u>	<u>39.629</u>
Circulante		<u>53.974</u>						<u>39.629</u>
Não circulante		<u>9.964</u>						<u>-</u>
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS		22	801		(612)			211
PIS e COFINS	7.2	-	45.914				(45.914)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		306	1.263		(1.408)			161
Encargos com pessoal		307	2.885		(2.946)			246
Total Circulante		<u>635</u>	<u>50.863</u>	<u>-</u>	<u>(4.966)</u>	<u>-</u>	<u>(45.914)</u>	<u>618</u>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 Imposto de renda e contribuição social

O montante de R\$16.003 (R\$15.558 em 31 de dezembro de 2021) refere-se substancialmente ao impacto da Lei 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

7.2 PIS e COFINS

Os créditos originados na construção da UHE São Manoel foram consumidos e em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$34.411 (R\$61.658 em 31 de dezembro de 2021) de créditos de PIS e COFINS, refere-se a créditos originados da aquisição de insumos de energia elétrica, uso da rede, materiais e serviços, que estão sendo compensados com os respectivos débitos desses impostos, na medida que os faturamentos de energia elétrica estão sendo realizados.

8 Tributos diferidos

	Nota	Ativo		Passivo	
		Não circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS				34	19
Imposto de renda e contribuição social	8.1	330.688	308.250		
Total		<u>330.688</u>	<u>308.250</u>	<u>34</u>	<u>19</u>

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
8.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Prejuízos Fiscais		113.983	102.411			11.572	22.906
Base Negativa da Contribuição Social		41.034	36.868			4.166	8.246
		155.017	139.279	-	-	15.738	31.152
Diferenças Temporárias							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		248				248	
Gastos Pré-operacionais			1.984			(1.984)	(2.164)
Uso do bem público - CPC 25	1.1.1	8.212	7.335	1.674	2.175	1.378	2.076
Direito de concessão - GSF				5.169	5.360	191	(1.823)
Redução no valor recuperável dos ativos		100.268	103.599			(3.331)	(3.331)
Licenças ambientais		73.740	63.498			10.242	15.100
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		13		10		3	
Outras		296	236	253	146	(47)	(27)
Total diferenças temporárias		182.777	176.652	7.106	7.681	6.700	9.831
Total		337.794	315.931	7.106	7.681	22.438	40.983
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(7.106)	(7.681)	(7.106)	(7.681)		
Total		330.688	308.250	-	-		

8.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	A partir de 2031	Total Não circulante
19.428	19.608	19.608	21.216	23.186	14.036	220.712	337.794

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	18	2.644	1.024	315	(428)	3.555
Cauções	9.1	113.795	92.813	11.377	(101.002)	116.983
Total Não circulante		116.439	93.837	11.692	(101.430)	120.538

9.1 Cauções

Referem-se às aplicações em fundo de investimentos, junto ao Banco Citibank, em cumprimento ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Nota 16) e à 4ª emissão de debêntures (Nota 15), constituídas como parte das garantias dos contratos. O montante caucionado é baseado na expectativa das parcelas futuras de ambas as dívidas, para os próximos seis meses, sendo R\$52.611 relacionado ao BNDES, R\$28.892 às debêntures e R\$35.480 compartilhado entre ambos.

As movimentações de adição e resgate no exercício referem-se substancialmente à reposição dos saldos de debêntures das contas vinculadas.

Em 14 de junho de 2022 a Companhia efetuou o depósito de R\$15.600 na Conta de Complementação do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD devido o não cumprimento do referido *covenant* (Nota 27.2.2.1).

10 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo				Resultado	
				Circulante		Circulante		Não circulante		Operacional	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Concessionárias (Nota 6)											
Suprimento de energia elétrica											
EDP Trading	Controle Comum		01/05/2018 a 31/12/2038	1.782	2.924					43.797	39.376
CTG Brasil Comercializadora	Controle Comum		01/05/2018 a 31/12/2038	4.355	2.908					43.797	39.499
EDP Espírito Santo	Controle Comum	134,26	26/04/2018 a 31/12/2047	213	192					1.698	1.544
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	171,85	01/05/2018 a 31/12/2038	3.290	2.767					43.797	39.499
				9.640	8.791	-	-	-	-	133.089	119.918
Fornecedores (Nota 14)											
Encargos de uso da rede básica											
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto		09/11/2017 a 10/04/2049			1.155				(14.840)	(10.368)
Horizon Transmissão ES (*)	Controle Comum		09/02/2019 a 30/04/2049				5				(53)
Horizon Transmissão MA I (*)	Controle Comum		11/05/2021 a 30/04/2049				30				(149)
Horizon Transmissão MA II (*)	Controle Comum		04/01/2020 a 30/04/2049				8				(88)
Mata Grande Transmissora	Controle Comum		05/01/2017 a 30/04/2049			3				(13)	
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum		01/07/2021 a 30/04/2049			83	16			(647)	(103)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum		01/07/2021 a 30/04/2049			8	1			(54)	(9)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum		05/01/2017 a 30/04/2049			101				(686)	
EDP Goiás(**)	Controle Comum		05/01/2017 a 30/04/2049			46				(375)	
Contrato de prestação de serviços (a)											
EDP Goiás(**)	Controle Comum		01/06/2022 a 30/06/2023			340				(340)	
EDP Trading	Controle Comum		28/10/2019 a 27/10/2024						49	(243)	(539)
				-	-	1.736	60	-	49	(17.198)	(11.309)
Outras contas a pagar (Nota 11)											
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2024					103	268		(1.205)
				-	-	-	-	103	268	-	(1.205)
Total				9.640	8.791	1.736	60	103	317	115.891	107.404

(*) A Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II foram alienadas em 28 de dezembro de 2021 e consequentemente, a partir desta data, não mais fazem parte do Grupo EDP - Energias do Brasil, controlador em conjunto.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 15.1, 16.1 e 29.2.

(a) Contratos de prestação de serviços

EDP Trading e Serviços de Energia

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading. Os processos de operação estão divididos entre serviços de Pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato foi firmado pelo período de 60 meses contados a partir de 28 de outubro de 2019 com término em 27 de outubro de 2024. O valor total dos serviços contratado é de R\$2.565, a ser pago em parcelas mensais de R\$43, atualizado anualmente pelo IPCA.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 28 de outubro de 2024.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

Compromissos contratuais

A Companhia possui dois novos contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) junto à EDP Trading (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 7MWm com início de suprimento em 1º julho de 2023 e término em 30 de setembro de 2023; (ii) 6,7MWm com início de suprimento em 1º julho de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023.

10.1 Controle conjunto

A Companhia possui controle compartilhado entre: (i) a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.; (ii) China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation; e (iii) Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) (Nota 19.1).

10.2 Remuneração dos administradores

	2022			2021		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	142	89	231	143	89	232
Total	142	89	231	143	89	232

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo				
Serviços em curso	66			
Estoques	2.691	1.533		
Despesas pagas antecipadamente	5.885	4.648		
Outros	73	11		
Total	8.715	6.192	-	-
Outras contas a pagar - Passivo				
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas			103	317
Obrigações sociais e trabalhistas	1.745	1.626		
Encargos Setoriais	3.996	5.732	1.490	
Arrendamentos e aluguéis	26	40	12	35
Outros	200	181		
Total	5.967	7.579	1.605	352

11.1 Despesas pagas antecipadamente

Varição apresentada no exercício é decorrente da renovação do seguro de risco operacional, amortizações das despesas pagas antecipadamente do prêmio de seguros e do contrato de prestação de serviços pelo aumento de potência das unidades geradoras da UHE da Companhia.

11.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11.3 Encargos Setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	11.3.1	1.847	4.154	279	2.983
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	20	3.692	19.411	(20.799)	2.304
Outros encargos		193	2.392	(2.386)	199
Total		5.732	25.957	279	5.486
Circulante		5.732			3.996
Não circulante					1.490

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.3.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, conforme MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2022					31/12/2021				
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço										
Geração										
Terrenos	3,19	40.272		(6.435)	33.837	3,19	39.885		(5.053)	34.832
Reservatórios, barragens e adutoras	3,18	1.175.970	(92.753)	(170.380)	912.837	3,18	1.164.570	(92.753)	(138.457)	933.360
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	1.335.403	(109.736)	(196.425)	1.029.242	3,22	1.316.321	(109.736)	(157.017)	1.049.568
Máquinas e equipamentos	3,32	1.322.422	(145.285)	(192.247)	984.890	3,32	1.357.614	(145.285)	(158.288)	1.054.041
Veículos	14,29	807		(457)	350	14,29	806		(342)	464
Móveis e utensílios	6,25	1.333		(275)	1.058	6,25	1.391		(226)	1.165
		<u>3.876.207</u>	<u>(347.774)</u>	<u>(566.219)</u>	<u>2.962.214</u>		<u>3.880.587</u>	<u>(347.774)</u>	<u>(459.383)</u>	<u>3.073.430</u>
Sistema de Transmissão e Conexão										
Máquinas e equipamentos	3,18	19.693	(1.271)	(2.834)	15.588	3,18	14.984	(1.271)	(1.780)	11.933
		<u>19.693</u>	<u>(1.271)</u>	<u>(2.834)</u>	<u>15.588</u>		<u>14.984</u>	<u>(1.271)</u>	<u>(1.780)</u>	<u>11.933</u>
Administração										
Edificações, obras civis e benfeitorias		109		(5)	104				(506)	1.191
Máquinas e equipamentos	11,66	1.758		(709)	1.049	11,66	1.697		(674)	1.230
Veículos	14,29	1.904		(946)	958	14,29	1.904		(271)	1.765
Móveis e utensílios	6,25	2.342		(418)	1.924	6,25	2.036		(1.451)	4.186
		<u>6.113</u>	<u>-</u>	<u>(2.078)</u>	<u>4.035</u>		<u>5.637</u>	<u>-</u>	<u>(1.451)</u>	<u>4.186</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>3.902.013</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(571.131)</u>	<u>2.981.837</u>		<u>3.901.208</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(462.614)</u>	<u>3.089.549</u>
Ativos de direito de uso										
Edificações, obras civis e benfeitorias	24,90	139		(109)	30	24,90	139		(75)	64
Total Ativos de direito de uso		<u>139</u>	<u>-</u>	<u>(109)</u>	<u>30</u>		<u>139</u>	<u>-</u>	<u>(75)</u>	<u>64</u>
Imobilizado em curso										
Geração		26.669			26.669		4.894			4.894
Administração		301			301		235			235
Total do imobilizado em curso		<u>26.970</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.970</u>		<u>5.129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.129</u>
Total imobilizado		<u>3.929.122</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(571.240)</u>	<u>3.008.837</u>		<u>3.906.476</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(462.689)</u>	<u>3.094.742</u>

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos (Nota 12.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciação	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2022
Imobilizado em serviço						
Terrenos	34.832		387	(1.382)		33.837
Reservatórios, barragens e adutoras	933.360		11.400	(31.923)		912.837
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.049.568		19.191	(39.413)		1.029.346
Máquinas e equipamentos	1.067.165		(30.422)	(35.216)		1.001.527
Veículos	1.694			(386)		1.308
Móveis e utensílios	2.930		248	(196)		2.982
Total do imobilizado em serviço	3.089.549	-	804	(108.516)	-	2.981.837
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	64			(34)		30
Total Ativos de direito de uso	64	-	-	(34)	-	30
Imobilizado em curso						
Terrenos	-	387	(387)			-
Reservatórios, barragens e adutoras	149	1.380	(11.400)		9.871	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	107	(19.191)		19.084	-
Máquinas e equipamentos	235	8.954	30.422		(29.970)	9.641
Outros	4.745	11.771	(248)		1.061	17.329
Total do imobilizado em curso	5.129	22.599	(804)	-	46	26.970
Total do imobilizado	3.094.742	22.599	-	(108.550)	46	3.008.837

12.2.1 Ingressos

Os ingressos referem-se, substancialmente, aos investimentos do complexo de hospedagem, construção de edificações em terras indígenas, impermeabilizações, aquisições de peças de almoxarifado e custeio de operações de manutenção na usina.

13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	358	(185)	173	20,00	284	(114)	170
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	80.087	(69.854)	10.233	25,00	80.087	(66.017)	14.070
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,18	47.220	(7.594)	39.626	3,18	47.220	(6.094)	41.126
Direito de concessão - GSF	3,47	16.220	(1.017)	15.203	3,47	16.221	(455)	15.766
		143.885	(78.650)	65.235		143.812	(72.680)	71.132
Administração								
Software	20,00	761	(417)	344	20,00	397	(270)	127
		761	(417)	344		397	(270)	127
Total do intangível em serviço		144.646	(79.067)	65.579		144.209	(72.950)	71.259
Geração								
Administração		352		352		364		364
Total do intangível em curso		352	-	352		483	-	483
Total do Intangível		144.998	(79.067)	65.931		144.692	(72.950)	71.742

13.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em serviço							
Software		297		439	(219)		517
Direito de concessão - Licenças ambientais		14.070			(3.837)		10.233
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	13.2.1	41.126			(1.500)		39.626
Direito de concessão - GSF	13.2.2	15.766			(563)		15.203
Total do intangível em serviço		71.259	-	439	(6.119)	-	65.579
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso		483	354	(439)		(46)	352
Total do Intangível em curso		483	354	(439)	-	(46)	352
Total do intangível		71.742	354	-	(6.119)	(46)	65.931

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
13.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE São Manoel. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização será pelo prazo remanescente do contrato de concessão a partir da data de entrada em operação.

Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão, o Direito de Concessão relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão. O valor de R\$39.626 em 31 de dezembro de 2022 está sendo amortizado pelo novo prazo de concessão desde os respectivos registros em 2022.

13.2.2 Direito de concessão - GSF

Refere-se a direito a extensão da concessão oriundo da Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos de GSF no ACL e ACR, totalizando um incremento estimado de 8,1 meses na concessão da Companhia. A amortização teve início em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

14 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	14.1	7.746	2.919
Encargos de uso da rede elétrica		11.521	10.274
Operações CCEE			801
Materiais e serviços		10.875	9.240
Total		30.142	23.234

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14.1 Suprimento de energia elétrica

A variação é decorrente de uma maior contratação de energia via contratos bilaterais, por sazonalização operacionalizada na Companhia, ocorrida em 2022, quando comparado ao exercício de 2021.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Debêntures
15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022				31/12/2021			
											Encargos		Principal		Encargos		Principal	
											Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	340.000	1	340.000	4ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/06/2033	Investimento / Gastos na UHE São Manoel	IPCA + 7,3129%	Principal e juros semestrais	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil, CTG Brasil e Fumas, referentes às suas participações; b. Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do Projeto.	2.697	27.167	275.112	304.976	2.941	37.085	285.648	325.674
(-) Custos de emissão				(23.191)		15/08/2018 a 15/06/2033			Amortização mensal			(1.968)	(10.223)	(12.191)		(2.144)	(12.192)	(14.336)
Total											2.697	25.199	264.889	292.785	2.941	34.941	273.456	311.338

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima em 31 de dezembro de 2022 é de R\$304.976 (R\$325.674 em 31 de dezembro de 2021).

15.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante							
Principal	37.085	(38.887)		10.536		18.433	27.167
Juros	2.941	(23.294)	23.050				2.697
Custo de transação	(2.144)			(1.969)	2.145		(1.968)
	<u>37.882</u>	<u>(62.181)</u>	<u>23.050</u>	<u>8.567</u>	<u>2.145</u>	<u>18.433</u>	<u>27.896</u>
Não circulante							
Principal	285.648			(10.536)			275.112
Custo de transação	(12.192)			1.969			(10.223)
	<u>273.456</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.567)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>264.889</u>

15.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2023	27.896
	<u>27.896</u>
Não Circulante	
2024	16.285
2025	20.616
2026	25.986
2027 até 2031	113.474
2032 até 2036	88.528
	<u>264.889</u>
Total	<u>292.785</u>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

- Dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou de cada uma das Fiadoras;
- Pedido de aut falência, pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado de boa fé no prazo legal, decretação de falência ou, ainda, o requerimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável;
- Inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura, de quaisquer obrigações pecuniárias em quaisquer contratos financeiros ou instrumentos representativos de dívida celebrados no mercado financeiro ou de capitais pela Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000, ou seu valor equivalente em outras moedas;
- Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique a alteração do seu controle acionário atual, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de mudança do controle direto da Emissora quando: (a) tal mudança ocorrer entre sociedades igualmente controladas, direta ou indiretamente, pelas respectivas Fiadoras; e (b) como resultado de tal mudança, as Fiadoras permaneçam com o percentual de participação, direta ou indireta, no capital social da Emissora em valor idêntico às suas respectivas participações direta ou indireta das Fiadoras na Data de Emissão;
- Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária: (a) da EDP - Energias do Brasil que implique a alteração do seu atual controle acionário direto; e/ou (b) da CTG Brasil e/ou Eletrobras que implique a alteração do seu atual controle acionário, direto ou indireto, exceto quando a operação for objeto de aprovação prévia dos Debenturistas;
- Assunção de novas dívidas pela Emissora por meio da contratação de empréstimos, financiamentos ou adiantamentos junto às Acionistas ou a quaisquer terceiros, incluindo a emissão de títulos e valores mobiliários, exceto: (a) mediante prévia aprovação dos Debenturistas; ou (b) por dívidas destinadas a contratação de capital de giro para suprir necessidades pontuais e extraordinárias da Emissora, limitado ao valor máximo individual ou agregado de R\$75.000;
- Resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, pagamento de juros sobre capital próprio, distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus acionistas diretos ou indiretos, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes desta Escritura e dos Contratos de Garantia Real e tenha comprovado as exigências conforme a Escritura;
- Protestos de títulos em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$75.000, contra a Emissora, salvo se, no prazo de 30 dias contados da data de recebimento de notificação pela Emissora, e a mesma comprovar que: (a) o protesto foi cancelado ou susinado; (b) realizado por erro ou má-fé de terceiro; ou (c) ilegítimo; e/ou (d) foram apresentadas garantias em juízo; e
- Caso o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD, apurado anualmente a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, seja inferior a 1,20 por três anos consecutivos ou por 4 anos intercalados.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures. A variação entre os montantes em aberto no Circulante do exercício, quando comparado ao exercício anterior, refere-se substancialmente ao pagamento de juros e amortização em dezembro de 2022, além do aumento do IPCA, indexador da variação monetária da debênture.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022				31/12/2021			
										Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total
										Circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Circulante	Não circulante	
BNDIS FINEM	1.314.000	11/08/2016	1.319.951	SUB A E B 11/08/2016 a 15/12/2038 e SUB C 11/08/2016 até 15/12/2025	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio.	SUB A e B - TJLP + 2,88% e SUB C - TJLP	Principal e Juros mensais a partir de SUB A - 15/01/2019 e SUB C - 15/01/2020	a. Penhor de Ações; b. Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios; c. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de Furnas; e d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e da Eletrobras (solidária à participação de Furnas) e Fiança Bancária da CTG Brasil, proporcionais às suas participações.	8.384	64.143	1.562.482	1.635.009	7.710	43.108	1.526.018	1.576.836
(-) BNDIS FINEM - Custos de Transação			(28.136)	11/08/2016 a 15/12/2038				Amortização mensal			(1.841)	(13.469)	(15.310)		(1.957)	(15.311)	(17.268)
Total										8.384	62.302	1.549.013	1.619.699	7.710	41.151	1.510.707	1.559.568

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.635.009 (R\$1.576.836 em 31 de dezembro de 2021).

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante									
Principal	43.108		(24.033)			44.770		298	64.143
Juros	7.710		(69.934)	138.449	(67.841)				8.384
Custo de transação	(1.957)					(1.842)	1.958		(1.841)
	<u>48.861</u>	<u>-</u>	<u>(93.967)</u>	<u>138.449</u>	<u>(67.841)</u>	<u>42.928</u>	<u>1.958</u>	<u>298</u>	<u>70.686</u>
Não circulante									
Principal	1.526.018	3.261			67.841	(44.770)		10.132	1.562.482
Custo de transação	(15.311)					1.842			(13.469)
	<u>1.510.707</u>	<u>3.261</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.841</u>	<u>(42.928)</u>	<u>-</u>	<u>10.132</u>	<u>1.549.013</u>

16.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2023	70.686
	<u>70.686</u>
Não Circulante	
2024	57.669
2025	62.400
2026 até 2030	387.442
2031 até 2035	580.510
2036 até 2040	460.992
	<u>1.549.013</u>
Total	<u>1.619.699</u>

17 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Circulante						
Uso do bem público	4.324	(9)	51	(4.483)	4.696	4.579
	<u>4.324</u>	<u>(9)</u>	<u>51</u>	<u>(4.483)</u>	<u>4.696</u>	<u>4.579</u>
Não circulante						
Uso do bem público	52.097	(18)	7.010		(4.696)	54.393
	<u>52.097</u>	<u>(18)</u>	<u>7.010</u>	<u>-</u>	<u>(4.696)</u>	<u>54.393</u>

18 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1			4.281	3.377
Licenças ambientais	18.2	18.699	24.007	12.284	21.012
Total		<u>18.699</u>	<u>24.007</u>	<u>16.565</u>	<u>24.389</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas

18.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Passivo Depósito Judicial	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	18.1.1.1	2.714	142		586	3.442
Outros		663	167	(6)	15	839
Total Não circulante		<u>3.377</u>	<u>309</u>	<u>(6)</u>	<u>601</u>	<u>4.281</u>

18.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, equiparação salarial e indenização por danos morais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho de responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços de construção da usina.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Ativo			
		Depósito judicial			
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	18.1.2.1	6.299	5.479		
Cíveis	18.1.2.2	5.247	1.679	4	
Fiscais	18.1.2.3	11.555	44.321	2.741	2.501
Total		23.101	51.479	2.745	2.501

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.366 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente aos processos mencionados acima, a Companhia é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação, o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela Companhia para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

18.1.2.1 Trabalhistas

Das ações mencionadas na nota 18.1.1.1, parte refere-se a ações cuja probabilidade de perda é possível.

18.1.2.2 Cível

Em 2022 tivemos dois processos que questionam indenizações pleiteadas sob a alegação de não recebimento de saldo residual de desapropriação. Em dezembro de 2022 o valor estimado desses processos totalizam R\$ 3.915.

18.1.2.3 Fiscais

- Mandado de Segurança, executado pela Companhia em face do Estado do Pará, para discutir a constitucionalidade do diferencial de alíquota de ICMS que deveria estar previsto por Lei Complementar, bem como, a forma de cálculo prevista na lei estadual nº 8.315/15, em 30 de junho de 2020, em consideração a decisão desfavorável em 2ª instância a Companhia incluiu esse processo no grupo de risco de perda possível o valor envolvido em 30 de setembro de 2022 é de R\$28.521 (R\$26.687 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve decisão judicial favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota. O processo aguarda juízo de retratação para adequação conforme decisão do STF (Superior Tribunal Federal).
- Ação judicial movida pela Companhia em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022. A Companhia aguarda o julgamento.
- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração, lavrado pelo Estado do Pará, objetivando a cobrança do diferencial de alíquota, relativo ao período compreendido entre março e agosto de 2016, o montante envolvido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$7.746 (R\$7.040 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve decisão judicial favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota. O processo aguarda julgamento e adequação do tema, conforme decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

18.1.3 Risco de perda remota

Existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$810 (R\$143 em 31 de dezembro de 2021).

18.2 Licenças ambientais

O montante Circulante e Não circulante de R\$30.983 (R\$45.019 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévia, de instalação e de operação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Em 9 de setembro de 2017 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Operação - LO nº 1.404/2017, que autoriza a Companhia a operar a UHE São Manoel. A LO é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

A LO foi válida até 8 de setembro de 2021. A Companhia providenciou processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado e, atualmente, aguarda manifestação do IBAMA, portanto, até esta manifestação, a LO é considerada válida.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto, a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 4 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e serão depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representava a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Após a renovação da referida licença, a Administração da Companhia efetuou análises considerando o histórico de gastos ambientais, bem como as respectivas provisões e entendeu que não se faz necessária atualização da inflação e, portanto, a atualização monetária cessou no período.

Os custos provisionados estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O total provisionado está representado pelos valores do meio físico e socioambiental destacando os montantes de R\$7.888 decorrentes da implantação do PBA, R\$5.951 relacionados às obras sociais e de infraestrutura, e R\$2.817 relacionados ao programa de gerenciamento ambiental.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Realizações	Transferên- cias	AVP	Saldo em 31/12/2022
Licenças ambientais						
Circulante	24.007	325	(16.656)	10.579	444	18.699
Não circulante	21.012			(10.579)	1.851	12.284
Total	45.019	325	(16.656)	-	2.295	30.983

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O Capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.409.974 (R\$2.409.974 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 2.409.975.002 (2.409.975.002 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.409.975 (R\$2.409.975 em 31 de dezembro de 2021), sendo o valor a integralizar, em ambos os exercícios, de R\$1.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

Acionista	Percentual de participação	Ações ordinárias
EDP - Energias do Brasil S.A.	33,334%	803.341.068
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.	33,333%	803.316.967
Furnas Centrais Elétricas S.A.	33,333%	803.316.967
Total	100,000%	2.409.975.002

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$2.410.342. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

20 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, elas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

		MWh		R\$	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	20.1	3.324.421	3.324.421	471.877	427.744
Energia de curto prazo	20.2	105.894	14.528	16.538	12.083
Receita operacional bruta		3.430.315	3.338.949	488.415	439.827
PIS/COFINS				(44.524)	(40.684)
				(44.524)	(40.684)
Encargos do consumidor					
P&D	11.3.1			(4.154)	(3.721)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	11.3			(19.180)	(18.059)
Taxa de fiscalização	11.3			(2.392)	(2.311)
		-	-	(25.726)	(24.091)
		-	-	(70.250)	(64.775)
Receitas		3.430.315	3.338.949	418.165	375.052

20.1 Suprimento de energia elétrica

A variação é decorrente do aumento do preço médio devido ao reajuste dos contratos, tendo como consequência, um aumento do valor financeiro.

20.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente, às sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2022 quando comparada ao exercício de 2021.

21 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e outros serviços.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	66.611				66.611
Encargos de uso da rede elétrica		92.171				92.171
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22		8.813	693		9.506
Material			2.120	85		2.205
Serviços de terceiros	23		12.576	1.358		13.934
Depreciação - Imobilizado em serviço			108.399	23		108.422
Depreciação - Ativos de direito de uso				20		20
Amortização			6.119			6.119
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1.1				303	303
Arrendamentos e aluguéis			4			4
Outras		1.785	4.416	1.672		7.873
Total		160.567	142.447	3.851	303	307.168

	Nota	2021				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	70.934				70.934
Encargos de uso da rede elétrica		81.590				81.590
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	23.1	(5.819)				(5.819)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			7.862	1.872		9.734
Material			987	446		1.433
Serviços de terceiros	23		8.589	5.892		14.481
Depreciação - Imobilizado em serviço			115.789	65		115.854
Depreciação - Ativos de direito de uso				22		22
Amortização			14.377			14.377
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					(900)	(900)
Arrendamentos e aluguéis				(7)		(7)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(270)	(270)
Outras		1.802	6.049	402		8.253
Total		148.507	153.653	8.692	(1.170)	309.682

21.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2022	2021
Contratos de compra de energia por quantidade	21.1.1	59.516	20.959
Energia de curto prazo	21.1.2	21.209	243.019
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	3.3	(8.032)	
Outros		570	(3.952)
(-) Ressarcimentos CCEE	21.1.2	137	(181.862)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(6.789)	(7.230)
Total		66.611	70.934

21.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício é decorrente da constituição de lastro para evitar exposição financeira negativa na CCEE acentuada em 2022, efetuada com a sazonalização da Garantia Física.

21.1.2 Energia de curto prazo e Ressarcimentos CCEE

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58/MWh (Submercado SE/CO) no ano de 2022, em comparação com R\$280/MWh em 2021, influenciado pela crise hídrica, além de um maior desvio no GSF médio.

22 Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	4.737	4.880
Encargos	1.554	1.561
Programa de demissão voluntária	4	
Despesas rescisórias	445	638
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	838	753
Outros benefícios - Corrente	1.576	1.470
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	2	
Outros	83	149
	9.239	9.451
Administradores		
Honorários e encargos	259	274
Benefícios dos administradores	8	9
	267	283
	9.506	9.734

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
23 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	940	984
Serviços de manutenção	5.211	5.573
Serviços de limpeza e vigilância	3.704	3.586
Serviços ambientais	3	253
Serviços de informática	977	893
Serviços de publicação e publicidade	125	236
Serviços de telecomunicações	374	536
Serviços de transporte	456	188
(-) Crédito de PIS/COFINS	(536)	(572)
Outros	2.680	2.804
	<u>13.934</u>	<u>14.481</u>

23.1 Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão

Em 2021 houve o incremento de mais 8,1 meses no prazo de sua concessão, estimados pela Companhia com base nos parâmetros regulamentados na Resolução ANEEL nº 895/2020.

24 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	26.936	7.792
Energia vendida		1.133	1.399
Juros e multa sobre tributos	7	1.721	2.551
Outros juros e variações monetárias		315	90
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.413)	(577)
Outras receitas financeiras		116	545
		<u>28.808</u>	<u>11.800</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2 e 24.1	(150.837)	(118.633)
Debêntures	15.2	(43.628)	(59.635)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1.1	(601)	522
Uso do bem público		(7.034)	(8.657)
Outros juros e variações monetárias	24.2	(2.299)	(10.753)
Outras despesas financeiras		(1.554)	(808)
		<u>(205.953)</u>	<u>(197.964)</u>
		<u>(177.145)</u>	<u>(186.164)</u>

24.1 Standstill - Financiamento BNDES

Conforme mencionado na nota 3.1, o *standstill* obtido pela Companhia reflete a não amortização do principal pelo referido período e a capitalização destes juros ao montante total da dívida, gerando assim o recálculo das parcelas futuras com reclassificação de parte da dívida do curto prazo para longo prazo. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de juros suspensos foi de R\$67.841.

24.2 Outros juros e variações monetárias

A variação na rubrica do Outros juros e variações refere-se principalmente ao indexador IPCA nas licenças ambientais, que foi corrigido por 9,52% em 2021, e para o exercício de 2022 não houve atualização.

25 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2022	2021
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(66.148)	(120.794)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>22.490</u>	<u>41.070</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(52)	(90)
Outras		3
Resultado de IRPJ e CSLL	<u>22.438</u>	<u>40.983</u>
Alíquota efetiva	34%	34%

26 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(43.710)	(79.811)
Média ponderada do número de ações ordinárias (mil)	2.409.975	2.409.975
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,01814)	(0,03312)

27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	4	Nível 2	117.738	92.141	117.738	92.141
			117.738	92.141	117.738	92.141
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	4	Nível 2	1.658	1.650	1.658	1.650
Títulos e valores mobiliários	5	Nível 2	50.262		50.262	
Concessionárias	6	Nível 2	52.429	47.942	52.429	47.942
Cauções	9	Nível 2	116.983	113.795	116.983	113.795
			221.332	163.387	221.332	163.387
			339.070	255.528	339.070	255.528
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	30.142	23.234	30.142	23.234
Debêntures	15	Nível 2	281.816	320.893	292.785	311.338
Uso do bem público	17	Nível 2	57.926	59.116	58.972	56.421
Empréstimos e financiamentos	16					
Moeda nacional		Nível 2	1.621.242	1.559.568	1.619.699	1.559.568
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	Nível 2	103	317	103	317
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2		76	37	75
Licenças ambientais	18.2	Nível 2	30.930	44.852	30.983	45.019
			2.022.159	2.008.056	2.032.721	1.995.972

27.1.2 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

27.1.3 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

27.1.4 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 16), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, uso do bem público, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) descontado a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito;

(iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iv) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

27.1.4.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.2 Gestão de riscos

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 15 e 16, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à CDI, TJLP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	117.738	10.640			10.640	2.614	5.210	(2.631)	(5.281)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	116.983	7.516	36.797	206.661	250.974	131.494	312.629	(95.365)	(164.497)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	234.721	18.156	36.797	206.661	261.614	134.108	317.839	(97.996)	(169.778)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	1.635.009	(154.506)	(499.611)	(690.858)	(1.344.975)	(217.306)	(431.793)	220.204	443.388
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	1.635.009	(154.506)	(499.611)	(690.858)	(1.344.975)	(217.306)	(431.793)	220.204	443.388
Operação										
Títulos e valores mobiliários	IPCA	(50.262)	1.818			1.818	218	438	(218)	(434)
Instrumentos financeiros ativos	IPCA	(50.262)	1.818	-	-	1.818	218	438	(218)	(434)
Debêntures	IPCA	304.976	(29.818)	(90.214)	(58.577)	(178.609)	(22.576)	(46.708)	21.131	40.921
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	304.976	(29.818)	(90.214)	(58.577)	(178.609)	(22.576)	(46.708)	21.131	40.921
		254.714	(28.000)	(90.214)	(58.577)	(176.791)	(22.358)	(46.270)	20.913	40.487

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.; TJLP entre 5,7% e 7,4% a.a.; e IPCA entre 3,8% e 8,6% a.a.

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 15 e 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 6). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 29.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022						31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	27.936	2.194	12			30.142	23.234
Debêntures			27.896	64.386	200.503	292.785	311.338
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15.671	47.013	8.002	173.376	1.375.637	1.619.699	1.559.568
Uso do bem público	371	1.219	2.989	24.172	30.221	58.972	56.421
Arrendamentos e alugueis	2	7	17	11		37	75
Licenças Ambientais	1.916	6.892	9.891	12.284		30.983	45.019
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				103		103	317
	45.896	57.325	48.807	274.332	1.606.361	2.032.721	1.995.972

27.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 15 e 16.

Em 31 de dezembro de 2022, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD que deve ser maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 16.1, não foi atendido, considerando a apuração com base nos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2021, que requer que a Companhia componha em conta vinculada o equivalente à diferença do valor necessário para que o ICSD seja maior ou igual a 1,20, até o dia 15 de junho do exercício posterior imediato. Dessa forma, foi realizado o depósito de R\$15.600 na Conta de Complementação do ICSD no dia 14 de junho de 2022 (Nota 9). Vale ressaltar que o vencimento seria antecipado apenas no caso de ICSD ser inferior a 1,20 durante três exercícios consecutivos ou quatro exercícios intercalados, sendo este, o segundo exercício intercalado em que ocorre o descumprimento. Dessa forma, não houve o vencimento antecipado. Assim como o referido ICSD, a Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e, com exceção do *covenant* mencionado, os demais encontram-se em conformidade nos respectivos contratos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 29.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

27.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R\$1.230.

27.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

27.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA, Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Pará - ARCON-PA e Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados - AGER-MT.) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	1.912.484	1.870.906
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(119.396)	(93.791)
(-) Títulos e valores mobiliários	(50.262)	
(-) Cauções	(116.983)	(113.795)
Dívida líquida	1.625.843	1.663.320
Total do Patrimônio Líquido	1.767.342	1.811.052
Total do capital	3.393.185	3.474.372
Índice de alavancagem financeira - %	47,91%	47,87%

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

		2022				
		Efeito não caixa				
		Ajuste a				
		valor de				
		mercado/				
		presente				
		Adições/				
		Baixas				
Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial			Saldo em 31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções e depósitos vinculados	9	113.795	(8.189)	11.377		116.983
		113.795	(8.189)	11.377	-	116.983
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento						
Debêntures	15	311.338	(62.181)	18.433	25.195	292.785
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	1.559.568	(90.706)	10.430	140.407	1.619.699
Arrendamentos e aluguéis		75	(43)		5	37
		1.870.981	(152.930)	28.863	5	1.912.521
Movimento relativo às atividades de financiamento						
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		1.757.186	(144.741)	17.486	5	1.795.538

	2021				
	Efeito não caixa				Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções e depósitos vinculados	144.683	(33.941)	3.053		113.795
	144.683	(33.941)	3.053	-	113.795
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento					
Debêntures	311.212	(59.509)	33.142	26.493	311.338
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.588.426	(147.491)		118.633	1.559.568
Arrendamentos e aluguéis	224	(112)		21	75
	1.899.862	(207.112)	33.142	21	1.870.981
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	1.755.179	(173.171)	30.089	21	1.757.186

28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Reversão da capitalização no Imobilizado relativo à contingências		5.126
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	325	15.348
Constituição do Uso do bem público no intangível		158
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado		10
Total	325	20.642

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral
Obrigações de compra					
Compra de Energia					34.515
Encargos de conexão e Transporte de Energia					88
Materiais e serviços	51.133	37.506	1.273	665	90.577
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	184.324	283.324	216.920	428.792	1.100.522
	235.457	320.830	218.193	429.457	1.167.208

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral
Obrigações de compra					
Compra de Energia					32.883
Encargos de conexão e Transporte de Energia					86
Materiais e serviços	49.366	39.191	1.544	1.057	91.158
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	183.801	352.954	316.643	855.065	1.736.501
	233.167	392.145	318.187	856.122	1.802.301

29.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta a garantia do tipo Executante Construtor na modalidade Seguro Garantia, no montante de R\$823 (R\$823 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 15), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 16) e Provisões (Nota 18.1.2) , estão demonstrados em suas respectivas notas.

30 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeira e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	36.516		36.516	
Usinas	3.057.360	1.000.000	3.057.360	1.036.516
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.200		1.200	
Linhas de Transmissão	67.091		67.091	67.091
Responsabilidade civil		55.000		55.000
Transportes (veículos)		360		360
Seguro de vida		(*)	6.443	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, cujo os limites são apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$15.000; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$20.000.

Adicionalmente, a Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil com riscos cibernéticos, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cuja a cobertura é de até R\$5.327.

31 Eventos subsequentes

31.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire

Presidente

Sidnei Bispo

Conselheiro

Pedro Eduardo Fernandes Brito

Conselheiro

Liyi Zhang

Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques

Conselheiro

José Alves de Mello Franco

Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro

Conselheira

Evandro Leite Vasconcelos

Conselheiro

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva

Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Felipe Ha Jong Kim

Conselheiro

Rodrigo Egreja

Conselheiro

Luiz Eduardo Marques Moreira

Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques

Diretor-Presidente

Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca

Diretor

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho

Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte

Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral

Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" RJ